

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020  
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

## NUVIS-UFPE: UMA PROPOSTA INOVADORA DE EXTROVERSÃO DA RESERVA TÉCNICA ASSOCIADA AO LABORATÓRIO LACOR-UFPE

André Luiz Campelo dos Santos\*, Ana Paula Barradas Maranhão\*\*,  
Henry Socrates Lavallo Sullasi\*\*\*, Ana Catarina Peregrino Torres Ramos\*\*\*\*

### RESUMO

O presente artigo aborda o desafio que envolve a restrição dos espaços e a falta de comunicação dos bens arqueológicos nas reservas técnicas das instituições responsáveis por sua salvaguarda, ao problematizar a situação atual do acervo da reserva técnica do Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pernambuco. Através da apresentação de singulares experiências nacionais e internacionais, pode-se apontar contribuições que potencializam o uso das reservas técnicas como espaço de extroversão. O resultado deste trabalho é a proposição de uma nova forma de gestão e comunicação de acervos arqueológicos, aqui na forma do Núcleo de Visitação da Universidade Federal de Pernambuco, como uma inovadora experiência de fazer essa extroversão.

**Palavras-chave:** acervos arqueológicos; extroversão; reservas técnicas.

\* Realiza estágio Pós-Doutoral no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.  
E-mail: [andre.campelo@ufpe.br](mailto:andre.campelo@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5577-1967>.

\*\* Discente de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [anapaula.maranhao@ufpe.br](mailto:anapaula.maranhao@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5084-2239>.

\*\*\* Docente do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.  
E-mail: [henry.lavalle@ufpe.br](mailto:henry.lavalle@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0690-6781>.

\*\*\*\* Docente do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.  
E-mail: [ana.tramos@ufpe.br](mailto:ana.tramos@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8052-3674>.

## NUVIS-UFPE: AN INNOVATIVE EXTRAVERSION PROPOSAL FOR THE LACOR-UFPE LABORATORY'S ASSOCIATED STORAGE

---

### ABSTRACT

This article discusses the challenge of publicizing archaeological artifacts in storages of institutions, given the usually restrictive storage space. Here we review the current situation of the technical reserve at the *Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauro* of the *Universidade Federal de Pernambuco*. Through the presentation of unique national and international experiences, it is possible to point out contributions that enhance the use of technical reserves as an extraversion space. This work results in the proposal of a new form of archaeological collections management and publicization, here in the form of the *Núcleo de Visitação* at the *Universidade Federal de Pernambuco*, as an innovative experience of making this extraversion.

**Keywords:** archaeological collections; extraversion; storage.

## NUVIS-UFPE: UNA PROPUESTA INNOVADORA DE EXTROVERSIÓN DE LA RESERVA TÉCNICA ASOCIADA AL LABORATORIO LACOR-UFPE

---

### RESUMEN

Este artículo aborda el desafío que envuelve las restricciones de los espacios y de la falta de divulgación de los bienes arqueológicos en las reservas técnicas de las instituciones responsables de su resguardo, al problematizar la situación actual del acervo de la reserva técnica del *Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauro* de la *Universidade Federal de Pernambuco*. Por medio de la presentación de experiencias nacionales e internacionales, podemos señalar contribuciones que potencializan el uso de las reservas técnicas como espacios de extroversión. El resultado es una propuesta de una nueva forma de gestión y divulgación de los acervos arqueológicos, aquí en la forma del *Núcleo de Visitação* de la *Universidade Federal de Pernambuco*, como una experiencia innovadora de extroversión.

**Palabras clave:** colecciones arqueológicas; extroversión; reservas técnicas.

## INTRODUÇÃO

O crescimento dos acervos presentes nas reservas técnicas arqueológicas tem gerado discussões sobre a necessidade de se inserir uma nova postura na curadoria e gerenciamento desse patrimônio, focando em sua real finalidade e motivo de ser. A necessidade de extroversão do conhecimento acumulado nas prateleiras desses acervos é o que vem preocupando cada vez mais os responsáveis pela salvaguarda desses vestígios da atividade humana, estudados não só pelos arqueólogos mas por biólogos, zoólogos, químicos, físicos e tantos outros pesquisadores. Os acervos arqueológicos, além de necessitarem de conservação e da incorporação constante dos avanços tecnológicos dessa área, devem estar acessíveis não só à comunidade científica, mas ao público em geral para que exerçam seu papel social, permitindo à sociedade o conhecimento de um patrimônio que pertence a todos.

A gestão dos acervos arqueológicos reveste-se cada dia de maior importância devido ao grande acúmulo de materiais gerados pela Arqueologia Preventiva, que alcançou notável desenvolvimento na última década. A produção e divulgação do conhecimento científico e as ações de educação patrimonial, previstas na legislação brasileira, procuram cobrir parte dessa tarefa, mas ficam longe do que é realmente necessário na empreitada de extroversão do nosso patrimônio (CÂNDIDO, 2014). Diante disso, emerge o seguinte questionamento: o que fazer para que esses “objetos” saiam das prateleiras e alcancem, de formas mais expressivas, àqueles que devem alcançar?

Para Caldarelli e Cândido (2017), a musealização da Arqueologia seria a saída que garantiria uma dinâmica de contínua produção de conhecimento e extroversão a longo prazo. Segundo as autoras, a museologia tem um compromisso com a herança patrimonial que deve ser considerado, em se tratando de recursos culturais não renováveis pertencentes a todos os cidadãos de uma nação e não somente àqueles que possam ser alcançados por trabalhos de extroversão realizados em um curto espaço de tempo.

Nesse mesmo sentido, Bruno (1999) afirma:

As coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. (...) [E]sses acervos foram constituídos (...) para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos. (...) Sobretudo, esses acervos, (...) podem sinalizar aspectos inerentes à longevidade e diversidade da herança patrimonial dos seres humanos (BRUNO, 1999, p. 36).

Numa perspectiva histórica, a questão relacionada aos acervos arqueológicos já vem sendo discutida há muitos anos, em vários âmbitos dentro da área. Saladino, Costa e Mendonça (2013) discorrem detalhadamente sobre a trajetória de consolidação da importância da gestão dos acervos, especificamente arqueológicos, junto ao IPHAN. Ressaltam também o amadurecimento dessa ideia pelo Departamento de Museus (DEMU/IPHAN) responsável pelos acervos arqueológicos. Nessa trajetória, destacam a criação da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE), ocorrida no III Fórum Nacional de Museus, no ano de 2008. (SALADINO *et al.*, 2013).

Em 2015, no XXVIII Congresso Nacional da SAB, foi criado o Grupo de Trabalho Acervos (GT Acervos) – coordenado por Daiane Pereira, Diego Ribeiro, Grasiela Toledo e Sílvia Lima – com a perspectiva de ampliar o espaço de debate sobre o tema; e, desde o encontro seguinte, no ano de 2017, em conjunto com o REMAAE, esse GT vem

realizando os Fóruns de Acervos Arqueológicos, que tratam da gestão de acervos, visando a seu fortalecimento e a sua proteção<sup>1</sup>.

Em decorrência das discussões realizadas, algumas produções científicas evidenciam o interesse e a preocupação com o tema. Daiane Pereira (2015; 2017) demonstra a preocupação quanto à comunicação do patrimônio em salvaguarda quando busca os melhores caminhos para a extroversão das informações contidas nas reservas técnicas arqueológicas, principalmente na forma do Laboratório Peter Hilbert, no Amapá. Em seu trabalho, a autora discorre sobre os mecanismos conceituais e práticas que podem levar a essa extroversão.

Vasconcelos e Alcântara (2017) também ressaltam a importância de aliar aspectos de extroversão à gestão de acervos em salvaguarda quando apresentam a proposta de requalificação do espaço da reserva técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (VASCONCELOS; ALCÂNTARA, 2017). Além disso, considerando a importância da extroversão do patrimônio, ainda em 2017, Milheira e colaboradores lançam o Manual de Procedimentos do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) da Universidade de Pelotas, que trata da gestão de seu acervo, sistematizando todo o processo desde a sua chegada a sua extroversão (MILHEIRA *et al.*, 2017).

No entanto, grandes lacunas ainda existem. As instituições de pesquisas do País que não têm museus, em especial as universidades públicas que realizam pesquisas arqueológicas, se revestem também em instituições de guarda. As mesmas continuam incessantemente batalhando para manter suas reservas técnicas dentro dos padrões exigidos pela legislação e para promover ações que não deixem seus acervos escondidos nas prateleiras (PEREIRA, 2017).

No tocante às reservas técnicas, contudo, existem possibilidades que permitem a sua abertura ao público, seguindo as normas exigidas (OLIVEIRA; GRUZMAN, 2019). Inclusive, as mesmas podem possuir tipologias diversas, tais como: reserva técnica convencional, reserva técnica consultável, reserva técnica visível, reserva técnica visitável, dentre outras. Dentre elas, a reserva técnica visitável é a que proporciona maior acesso público ao espaço e alguns objetos da coleção (GOMES; VIEIRA, 2013).

O LACOR – Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauro –, do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vem realizando uma série de estudos e revisões que visam à melhoria do espaço e da curadoria de seu acervo. Estão sendo introduzidos no LACOR procedimentos que objetivam o diagnóstico da conservação preventiva das coleções presentes para que possamos ir além das questões de pesquisa e conservação e realizar uma satisfatória divulgação desse acervo. Diante disso, assim como Caldarelli e Cândido (2017), concordamos que a lógica do processo de musealização pode lançar perspectivas para o destino do material proveniente das pesquisas arqueológicas ampliando o potencial social das reservas arqueológicas.

Na reserva técnica do LACOR, atuam pesquisadores docentes e discentes tanto em nível de graduação como de pós-graduação, além dos técnicos do Departamento de Arqueologia da UFPE. A gestão dessa reserva busca proporcionar ações que levem à extroversão do acervo com um viés preservacionista e sob perspectivas participativas e compartilhadas, permitindo que a arqueologia que realizamos exerça o papel social ao qual está destinada. Infelizmente, o espaço limitado da reserva não permite que ela seja aberta a visitas, o que seria de grande importância para a sociedade, considerando o rico acervo que apresenta. A criação de um novo espaço ampliaria as possibilidades de

---

<sup>1</sup> Conferir o website da SAB: [www.sabnet.org.br](http://www.sabnet.org.br). Acesso em: 18 nov. 2020.

acesso a esse acervo e abriria novas perspectivas de uso da reserva, fortalecendo, por exemplo, o seu potencial de extroversão.

Neste trabalho pretendemos expor uma proposta inovadora de uso de um espaço de aproximadamente 78 m<sup>2</sup>, localizado dentro do Campus Recife da UFPE, na cidade de Recife, Pernambuco, Brasil. Esse espaço foi construído para dar suporte a professores e estudante envolvidos nas pesquisas arqueológicas realizadas no ano de 1996, as quais evidenciaram os alicerces da antiga Casa Grande do Engenho do Meio, dentro do Campus. Tal espaço será chamado aqui de Núcleo de Visitação da Universidade Federal de Pernambuco (NUVIS-UFPE), o qual atualmente encontra-se desocupado, está inserido na área do antigo Engenho do Meio e é integrante do grupo de engenhos estabelecidos em Pernambuco no século XVII. Há alguns metros desse espaço, encontra-se a comunidade denominada Arruado, formada por um grupo de casas onde habitam os descendentes dos antigos trabalhadores do Engenho (PIO, 1969; NASCIMENTO; LUNA, 1996).

Em 2018, com o acompanhamento arqueológico da instalação dos emissários da rede de esgotos do edifício que abriga o Laboratório Integrado de Tecnologia em Petróleo, Gás e Biocombustíveis (LITPEG), próximo ao NUVIS-UFPE, o conhecimento acerca dos diversos momentos de ocupação do Engenho foi ampliado – como consequência da descoberta de novos remanescentes do passado, obviamente. As ações direcionadas às comunidades que habitam, trabalham e estudam no entorno desse sítio arqueológico evidenciaram o desconhecimento e um certo desinteresse pelo percurso histórico do Engenho do Meio (RAMOS; CASTRO; MEDEIROS, 2019).

Assim, do mesmo modo como afirma Bruno (1999, p. 36), acreditamos que uma reserva técnica visitável, com atrativos e a adequada publicização de seu acervo, serviria como uma importante ferramenta de extroversão, que possibilitaria a diminuição desse notório distanciamento entre o bem cultural público e as comunidades no seu entorno. Considerando as problemáticas de limitações de espaço e o constante crescimento dos acervos presentes nas reservas técnicas arqueológicas dentro do Departamento de Arqueologia da UFPE, somados à ausência de identidade das comunidades próximas, incluindo a própria Universidade, consideramos necessárias novas alternativas de salvaguarda e extroversão dos acervos arqueológicos.

Portanto, consideramos como objetivo principal deste trabalho lançar luz sobre as formas de gerir e fazer extroversão de acervos arqueológicos a fim de propor uma nova forma de utilização do espaço NUVIS-UFPE, como uma experiência inovadora de realizar essa extroversão e gestão, levando em consideração os aspectos citados acima.

## MUSEUS, RESERVAS TÉCNICAS E EXPOSIÇÕES

Museus, segundo a definição do *International Council of Museums* (ICOM), são:

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade (ICOM, 2020).

Segundo Candido (2014), os espaços dos museus devem ser postos em diálogo com necessidades específicas quanto à tipologia dos acervos, à missão ou ao porte da instituição. Estando estes divididos em: recepção e áreas públicas; salas de exposição e reserva técnica.

Não cabe a este trabalho o detalhamento dos espaços museológicos, dado que o foco deste será um espaço específico: a reserva técnica. Portanto, é evidente a necessidade de refletir a reserva técnica como uma parte constituinte e extremamente importante dos

museus, tendo em conta que muitas vezes as reservas são subjugadas e consideradas aquém do âmbito expositivo.

Ademais, as reservas técnicas têm como função principal a guarda das coleções que não estão em exposição, sendo assim, “com esse objetivo foram criados espaços de reservas técnicas, fosse sacrificando salas de exposição, fosse utilizando espaços de subsolo, fosse pela construção de novos edifícios” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 31). Os museus do início do século XX entenderam que teriam que neutralizar uma parte de seu acervo e adequar os ambientes em prol da conservação e salvaguarda dos objetos.

Destarte, as funções principais de uma reserva técnica: ser um local de guarda e preservação; responder às exigências de conservação (sobretudo preventiva); e favorecer, através das coleções, a propagação do conhecimento. As reservas devem ser acessíveis, seguras e atender as suas funções básicas (INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2007).

De acordo com as tradições museológicas, o acesso a reservas técnicas é restrito e, portanto, inacessível aos visitantes. Porém, na atualidade várias reflexões sobre a carência de atividades de extroversão nessas reservas fizeram com que alguns museus adotassem novas práticas e permitissem formas de interação do público com esse ambiente, possibilitando assim uma maior aproximação com um acervo antes inacessível.

Cientes de que as reservas técnicas podem possuir tipologias diversas, adotaremos aqui as indicadas por Gomes e Vieira (2013), que estabelecem 4 tipologias em sua obra:

- a) A reserva técnica convencional: com acesso restrito e voltado à guarda e conservação do acervo;
- b) A reserva técnica consultável: que são locais onde as normas institucionais permitem o acesso apenas de um público especializado, voltado para desenvolvimento de pesquisas no acervo localizado na reserva. É permitido aos pesquisadores seletos o ingresso direto à coleção e documentação, chegando até à sua manipulação;
- c) A reserva técnica visível: que busca proporcionar aos visitantes novas experiências no ambiente museológico, concedendo ao público a possibilidade de visualizar o acervo localizado na reserva, através de uma barreira usualmente de vidro, sem a circulação física no espaço que continua restrito; e, por fim,
- d) A reserva técnica visitável: que proporciona ao público o acesso a alguns objetos da coleção mediante mediação, através de visita guiada por profissionais treinados pela instituição. Destacamos a possibilidade de acesso ao interior da reserva sem mediação, contudo vale salientar que não concordamos, uma vez que este tipo de reserva perderia sua função primária e estaria exposta a vários tipos de riscos totalmente desnecessários. Acreditamos ser satisfatória a divisão do espaço da reserva técnica em área visitável, e parte de acondicionamento da herança museológica (GOMES; VIERA, 2013).

Esta última tipologia é de singular importância para este trabalho, uma vez que se pretenderá implementá-la no NUVIS-UFPE, cujo o espaço será adequado para atender as exigências básicas para a efetivação da conservação e extroversão do acervo arqueológico que ali será exposto.

Nesse sentido, apresentamos aqui alguns exemplos de reservas técnicas visitáveis em funcionamento no Brasil. Primeiro, o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE, 2020) da Universidade de São Paulo, que apresenta em sua reserva técnica visitável uma coleção constituída por artefatos indígenas provenientes de diversas regiões da Amazônia (Figura 1). Segundo, o Museu da Memória e do Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas

(UNIFAL), em Minas Gerais (MUSEU DA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2020), cuja reserva técnica visitável foi inaugurada em 28 de setembro de 2019.

**Figura 1** – Exemplo de reserva técnica visitável no MAE-USP, seção de Arqueologia Amazônica. Fonte: <http://mae.usp.br/reserva-tecnica-visitavel-arqueologia-amazonica/>. Acesso em 11/09/2020.



Esses exemplos denunciam que a criação de reservas técnicas visitáveis é um fenômeno relativamente novo dentro da comunicação museológica, sendo alvo de relevantes discussões nas últimas duas décadas. Eles também materializam importantes iniciativas de extroversão que poderiam ser replicadas em sua plenitude, ou em parte, em outras Instituições Públicas onde há a salvaguarda de acervo arqueológico, como é o caso da UFPE e seu Departamento de Arqueologia.

A implementação de um espaço de igual natureza seria uma oportunidade tanto para a Universidade quanto para o Departamento apresentarem, juntamente com seus acervos, os trabalhos de pesquisa arqueológica realizados, possibilitando assim o ensino e a extensão, que podem ser efetuados por uma equipe de profissionais própria ligada às instituições citadas – de forma semelhante ao que já ocorre no MAE-USP.

Assim, discutir a importância do acesso democrático às coleções e da extroversão do acervo nos leva a mencionar novamente o importante trabalho desenvolvido por Daiane Pereira (2015; 2017), sobre a gestão da reserva técnica do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert no Estado do Amapá. Dentro desta mesma discussão, destaca-se também o trabalho realizado por Oliveira e Gruzman (2019), que afirmam:

Dado o amadurecimento dos debates em torno da função social e educativa dos museus nas últimas seis décadas, não cabe a insistência de que a preservação está descolada do compromisso dessas instituições com seus públicos. Preservar os testemunhos de processos históricos significa garantir o acesso destes pelas gerações presentes e futuras. As medidas de segurança e conservação existem e devem ser prioritárias, mas nem sempre são impeditivas para o acesso de visitantes interessados (OLIVEIRA; GRUZMAN, 2019, p. 11).

Nesta mesma linha, Pereira (2017, p. 68) afirma que atividades de salvaguarda e extroversão são geralmente apresentadas como características incomunicáveis, algo que

segundo a autora seria uma falsa dicotomia, uma vez que “um equilíbrio entre estes dois supostos elementos dicotômicos está sendo cada vez mais explorado”.

Outros importantes produtos desta atual discussão são os já anterior e incipientemente citados esforços do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA) para implementação de um projeto de requalificação de seu espaço, importante exemplo para outras iniciativas de salvaguarda de acervos arqueológicos (VASCONCELOS; ALCÂNTARA, 2017).

Já no tocante à musealização da Arqueologia, mais especificamente, Bruno (2013) apresenta e problematiza as intersecções entre a Museologia e a Arqueologia, sobretudo nos âmbitos preservacionista e de ensino e pesquisa. Trata-se, assim como os citados anteriormente, de relevante trabalho que demonstra que esta discussão sobre salvaguarda e comunicação de acervos arqueológicos se mantém até a atualidade.

No âmbito das coleções arqueológicas, as exposições são uma extraordinária ferramenta de conexão entre o público (visitante) e o acervo (objeto em exposição). Em uma perspectiva mais densa, é o encontro entre a sociedade e seu patrimônio. “Expor é revelar, comungar, evidenciar elementos que se desejam explicitar, e este desejo pode estar relacionado a um momento histórico, uma descoberta científica, uma produção estética, um ideal político” (CUNHA, 2010, p. 109).

Sendo assim, ao se expor uma coleção, também se propõem diferentes aspectos de uma realidade, ou seja, exposições são traduções de expressões através de imagens, sons, cheiros, luzes, objetos, etc. A exposição pode explorar inúmeros contornos, que muitas vezes fogem à concepção tradicional. Pode ser organizada em lugar fechado ou aberto, tais como sítios naturais, arqueológicos ou históricos, dentre outros (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Um projeto expográfico se baseia, então, na escolha dos objetos que sustentarão uma determinada narrativa sobre o assunto que se deseja apresentar. O acervo escolhido e sua forma de apresentação estabelecerão uma troca, um diálogo, um sentir, um conhecer, um despertar etc. Esse é um projeto complexo que compreende uma equipe multidisciplinar.

Desse modo, o projeto deve sempre levar em conta o espaço em que vai se desenvolver, as necessidades de conforto e segurança, o uso e o desenvolvimento de linguagens expositivas, as condições do ambiente e os objetivos de diálogo e discussão, sempre a partir das possibilidades e limitações das instituições e da equipe envolvida. (BORDINHÃO *et al.*, 2017, p. 29).

O espaço de exposição, nesta perspectiva, define-se, então, não somente pelo conteúdo ou por seus suportes, mas também pelos seus utilizadores – visitantes ou membros da equipe de profissionais da instituição –, ou seja, as pessoas que entram nesse espaço específico e participam da experiência geral dos outros visitantes da exposição. Logo, o lugar da exposição apresenta-se como um lugar específico de interações sociais, em que a ação é suscetível de ser avaliada. É isso que propicia o desenvolvimento de pesquisas de público ou de recepção, assim como a constituição de um campo de pesquisa específico ligado à dimensão comunicacional do lugar, mas igualmente ao conjunto das interações específicas no seio deste espaço, ou, ainda, ao conjunto de representações que este pode evocar. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 43).

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2016) define exposições como de intra ou extramuros; de longa ou curta duração; ou virtuais. As de longa duração carregam o acervo de maior relevância e a missão da instituição. As exposições de curta duração poderão ser de iniciativa do museu ou de outros atores, proporcionando temas correspondentes à missão e aos valores do museu. Já as itinerantes representam a atividade extramuros, ou seja, recortes expositivos da unidade museológica. Por fim, as

exposições virtuais despontam como uma interessante e atrativa alternativa, podendo alcançar um público mais amplo e diverso. Prontamente, “o projeto de exposição é o elemento que materializa seus objetivos, com a definição e execução da concepção museográfica e expográfica, compreendendo sua temática, seus espaços e suas formas” (Quadro 1) (IBRAM, 2016, p. 61).

**Quadro 1** – Organograma Modelo de Projeto de Exposição  
Fonte: IBRAM (2016, p. 61).

CONCEPÇÃO MUSEOGRÁFICA							
TIPO	TEMA	OBJETIVOS	JUSTIFICATIVAS	PESQUISA	PÚBLICO	ACERVOS	ESPAÇOS
CONCEPÇÃO EXPOGRÁFICA							
MEMORIAL DESCRITIVO		OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS		SUPORTES E RECURSOS	COMUNICAÇÃO VISUAL		CONFORTO AMBIENTAL
EXECUÇÃO							
MONTAGEM			DESMONTAGEM			ITINERÂNCIA	

Mediante o exposto, a exibição de um acervo é um procedimento abstruso, que envolve de forma direta e indireta todos os membros constituintes da instituição. Como denunciado anteriormente, é fundamental a formação de uma equipe constituída por profissionais especializados nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como: museologia, história, arqueologia, antropologia, biologia, conservação, restauração, educação, entre outras que se fizerem necessárias à tipologia da instituição e a exposição em questão.

No Departamento de Arqueologia da UFPE, é notória a ausência de um aparato específico que possibilite o emprego dessa abordagem multidisciplinar ao se trabalhar os acervos derivados do ofício de campo arqueológico. As ações interdisciplinares já estabelecidas com nossos colegas historiadores, antropólogos, biólogos, zoólogos, físicos, dentre outros, viabilizaria e asseguraria a implantação de um espaço dessa natureza, como também poderá ser observado a seguir.

#### EXPERIÊNCIAS LABORATORIAIS ASSOCIADAS A COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS

Uma outra dimensão geralmente associada a acervos museológicos é a atividade laboratorial – algo comum principalmente em museus de grande porte e renome, ou quando esse acervo pertence a alguma universidade. Tal infraestrutura laboratorial é frequentemente voltada para a solução de diversas demandas que surgem no acervo associado. Essas demandas, por sua vez, podem envolver uma variedade de questões relacionadas às áreas de Conservação, Autenticidade, História da Tecnologia ou Arqueometria (LAHANIER *et al.*, 1986).

Destas, é inegável que a área de Conservação é também a área de atuação mais comum desses laboratórios – ainda que as demais também tenham relevante papel em esforços de conservação. Nesses contextos, as análises laboratoriais podem servir também para a identificação e caracterização de materiais em geral (LAHANIER *et al.*, 1986; MENU, 2016).

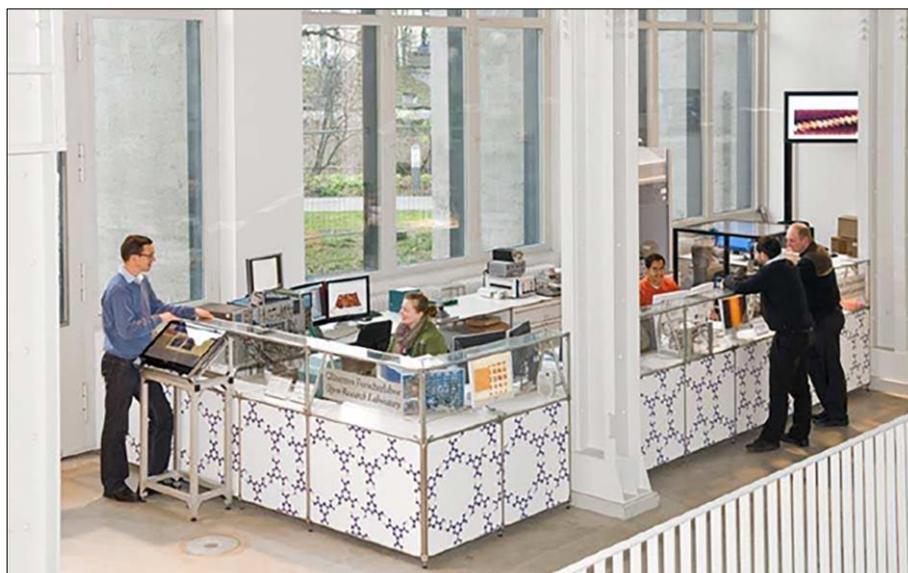
Tais análises são possibilitadas pela presença, nos próprios museus, de equipamentos específicos que permitem a aplicação de diferentes técnicas: Microscopia Eletrônica de Varredura, Tomografia Computadorizada, Espectroscopias de

Infravermelho, Difração de Raios-X, para citar somente algumas (LAHANIER *et al.*, 1986; PERKEL, 2010; ALBERTIN *et al.*, 2019). Isto se dá porque, desde o seu surgimento e ao longo do século XX até agora, as Ciências de Conservação, como uma disciplina, têm seguido as trilhas do progresso que ocorre na Química Analítica, assim como nas Ciências de Materiais, apropriando-se de seus respectivos desenvolvimentos tecnológicos (MENU, 2016).

Há uma década atrás, o *Deutsches Museum* de Munique, na Alemanha, pôs em prática uma iniciativa até então única no mundo: inserir uma estrutura laboratorial na qual os pesquisadores fazem seus experimentos, trabalham em seus computadores, manipulam instrumentos e discutem suas análises em um espaço público e acessível aos visitantes do museu. Como parte de suas atividades, os pesquisadores explicavam seus trabalhos a esses visitantes, fazendo demonstrações e trabalhando ao longo do horário de funcionamento do museu, como se fizessem parte da coleção em exibição (HIX, 2009; MEYER, 2011).

O laboratório ocupa uma área de 30 metros quadrados (30 m<sup>2</sup>) em um dos salões do museu e está separado do público por uma “parede” circundante, composta parcialmente de vidro, que mede um total de 120 centímetros (120 cm) de altura delimitando sua área e, ao mesmo tempo, permitindo que os visitantes observem o trabalho diário dos pesquisadores ali alocados (Figura 2). Tal espaço foi denominado como Laboratório de Pesquisa Aberta (ou Laboratório de Pesquisa de Vidro) (HIX, 2009).

**Figura 2** – O Laboratório de Pesquisa Aberto no *Deutsches Museum*, que permite que os visitantes interajam com os pesquisadores que lá trabalham  
Fonte: Meyer (2011, p. 265).



Dois terços da área do laboratório são dedicados a atividades de pesquisa e o terço restante, a atividades de demonstração. Uma distinção semelhante existe entre as funções e atividades dos profissionais que ali trabalham: para além dos pesquisadores, há também a presença dos chamados “demonstradores”, cientistas cujas principais funções são o desenvolvimento e a prática de demonstrações para os visitantes curiosos (MEYER, 2011).

Dentre as principais ideias que permeiam esta iniciativa de um laboratório aberto, destaca-se duas: a de que os seus visitantes se lembrem da experiência, não dos detalhes;

e a de que cientistas em início de carreira (doutorandos e doutores) componham o quadro de pessoal (HIX, 2009).

Com iniciativas como essa, fica evidente que um laboratório, independentemente de sua disciplina, pode funcionar plenamente sem necessariamente precisar estar instalado em uma construção específica e nem ocupar grande área, o que significa que ele pode existir conjugado a uma área maior dedicada à exposição de um determinado acervo – ou até mesmo ser parte componente da exposição. Essa mesma configuração poderia ser aplicada na UFPE, uma vez que seu Departamento de Arqueologia possui laboratórios que poderiam também ser visitáveis e abertos para demonstrações de procedimento técnico-analíticos realizados no acervo associado. Ou então, algum deles poderia muito bem ser transferido para dentro de um espaço de extroversão e fazer parte desse processo.

Semelhantes iniciativas foram efetuadas em outros museus da Europa. Por exemplo, ainda na Alemanha, o Museu Antigo de Berlim constituiu um laboratório aberto entre março e junho de 2009 no qual foram realizadas pesquisas relacionadas à conservação dos artefatos do museu. Em uma de suas paredes, o laboratório possuía uma placa que dizia: "Perguntas são bem-vindas". De acordo com o coordenador do projeto, as perguntas mais frequentes realizadas pelos visitantes envolviam os artefatos nos quais os cientistas estavam trabalhando, seus empregos, o que estudaram e quanto esse tipo de trabalho pagava. Em contraste com o exemplo anteriormente apresentado, o referido laboratório poderia ser movido dentro do próprio museu, o que permitia que os cientistas realizassem investigações e restaurações de artefatos *in situ* (MEYER, 2011).

Um outro importante exemplo na Europa é o Centro Darwin do Museu de História Natural de Londres. O local permite que os visitantes observem os laboratórios, bem como o espaço de armazenamento de coleções, através de janelas de vidro. Um dos objetivos dessa iniciativa é dissipar o “mito do jaleco” e mostrar que cientistas são pessoas normais. Por exemplo, através de uma janela de vidro, e estando na mesma altura que os cientistas, os visitantes podem ver a área de preparação de peças do museu. Embora separados pela janela, os visitantes podem fazer perguntas aos pesquisadores por meio de um sistema de microfone – as instruções para o uso do microfone são visíveis no local (CHALMERS, 2004; MEYER, 2011).

Muito provavelmente um meio-termo entre estas duas últimas iniciativas poderia ser aplicado na UFPE, novamente, por meio de seu Departamento de Arqueologia: a experiência laboratorial não necessariamente precisaria ser móvel (mas, dependendo da ocasião, poderia ser, como no caso de uma análise com equipamento portátil em um objeto em exposição); e os pesquisadores/cientistas não necessariamente teriam que ser observados por detrás de um vidro, uma vez que, sem dúvidas, seria plenamente possível dedicar um espaço específico, dentro de um local de extroversão, para a realização de procedimentos laboratoriais. Esse espaço laboratorial poderia ser, então, acessível a visitantes para que pudessem observar, juntamente com o acompanhamento da equipe científica, as atividades ali efetuadas.

Todos os exemplos anteriormente apresentados têm em comum o fato de que são iniciativas de instituições de salvaguarda (museus), e os laboratórios seriam instalações acessórias – ou seja, suas ausências não comprometem as principais atividades-fim das entidades que os abrigam. Essa lógica, no entanto, se inverte em um importante projeto efetuado no Brasil, mais precisamente na própria Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O Museu de Ciências Nucleares está instalado na área do Departamento de Energia Nuclear (DEN) da UFPE – mais precisamente em um espaço conjugado ao Laboratório de Metrologia – e foi criado em 2010 pela direção do Departamento. O museu possui um

acervo composto por objetos e equipamentos de instrumentação que permeiam o citado campo do conhecimento e por outros implementos que visam o aprendizado sobre o tema de uma forma quase lúdica (Figura 3).

**Figura 3** – Dependências do Museu de Ciências Nucleares no DEN-UFPE, exemplo de espaço museológico associado a laboratório de pesquisa. Fonte: <https://visit.recife.br/o-que-fazer/atracoes/museus/museu-de-ciencias-nucleares>. Acesso em: 31/08/2020.



No museu, estudantes bolsistas servem como monitores, recebendo aproximadamente 6.000 visitantes todos os anos. Além disso, os próprios pesquisadores do DEN participam também desse projeto como colaboradores. Dentre os objetivos do museu, está o de desmistificar o emprego da radiação ionizante, demonstrando que ela possui muitas finalidades no dia-a-dia da sociedade – que não a utilização para fins bélicos, como sugere o senso-comum.

Assim, o Museu de Ciências Nucleares da UFPE é, então, um exemplo único, pois seu processo de extroversão é implementado em um local e por pessoas dedicados primariamente à pesquisa científica a partir da prática laboratorial, iniciativa essa que poderia ser aplicada em sua totalidade ou em parte pelo Departamento de Arqueologia da UFPE – principalmente a partir da inclusão de atividade lúdicas dentro do processo de extroversão do acervo arqueológico.

Enfim, as iniciativas de extroversão museológicas trazidas neste trabalho envolvem uma combinação de três formas de se trabalhar um acervo: na salvaguarda, na exibição e na prática laboratorial. No entanto, essas dimensões surgem quase sempre de forma desequilibrada, em que uma prática, geralmente a exibição/exposição, é prioritária em detrimento das outras – isto é, a extroversão, por meio da prática laboratorial, é praticamente uma atividade acessória.

Não obstante, todas as experiências e exemplos trazidos até aqui possuem um caráter de pioneirismo e oferecem contribuições ímpares, cada um a seu modo, para as iniciativas que visem conjugar, em um mesmo espaço de natureza museológica, as diferentes atividades de exposição, salvaguarda e demonstrações práticas – algo de especial importância para a proposta que será apresentada mais adiante neste trabalho e que poderá ser plenamente implementada pelo Departamento de Arqueologia da UFPE.

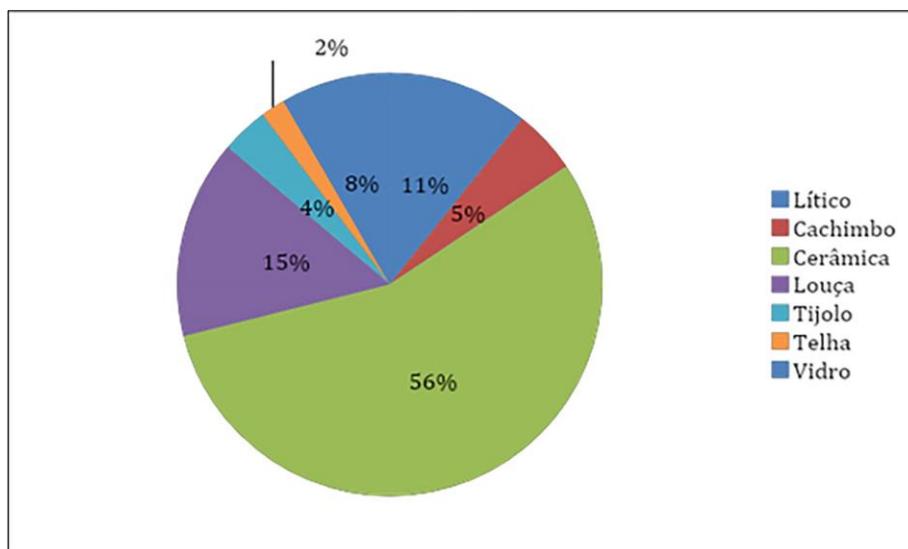
## A RESERVA TÉCNICA DO LACOR

O Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauro (LACOR) é um dos nove laboratórios de pesquisa do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo sido oficialmente reconhecido em 2013. Uma das reservas técnicas do citado departamento, a RETEC-ARQ/UFPE, é associada e de responsabilidade do LACOR-UFPE.

O acervo arqueológico que compõe a RETEC-ARQ/UFPE apresenta artefatos provenientes dos mais diversos sítios arqueológicos pré-históricos e históricos do Estado de Pernambuco e de alguns outros estados do Nordeste. A maior parte do acervo foi reunida a partir de pesquisas acadêmicas no campo da Arqueologia (resultados de prospecções e escavações realizadas), além de material proveniente de projetos de Arqueologia Preventiva (a partir do fornecimento de endosso institucional). Há também uma parcela menor do acervo que é oriunda de doações de terceiros.

Recentemente, no Departamento de Arqueologia, foi realizado o cadastramento e a padronização dos registros de material arqueológico contidos em todas as suas reservas em uma única base de dados chamada DARQUEO/UFPE. Nessa base, totalizam-se 36.318 registros, podendo, em cada um deles por sua vez conter muito mais do que somente um artefato arqueológico, dos quais 5.061 são pertencentes à RETEC-ARQ/UFPE associada ao LACOR-UFPE. Alguns dos artefatos arqueológicos que podemos encontrar nessa reserva são: cerâmicas, cachimbos, líticos, louças, tijolos, argamassas, telhas, vidro, grés, sedimentos de fogueiras, metais diversos, azulejos, marfim, moedas, ossos, dentre outros (Figura 4).

**Figura 4** – Distribuição percentual dos tipos de materiais que compõem o acervo arqueológico do DARQUEO/UFPE. Elaborado pelos autores (2020).



Atualmente, a RETEC-ARQ/UFPE está localizada no primeiro andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE: um prédio de 15 andares que teve sua construção finalizada na segunda metade da década de 1960. Todas as recomendações, quanto à sua implementação, são atendidas, com exceção do espaço, que já se encontra insuficiente para abrigar o acervo (Figura 5).

**Figura 5** – RETEC-ARQ/UFPE associada ao LACOR-UFPE, todas as recomendações para sua implementação são atendidas, mas o espaço já se encontra insuficiente para abrigar o acervo. Foto dos autores (2020).



Nesse sentido, está em andamento um projeto para transferir o acervo do LACOR-UFPE para uma nova área que já pertence ao Departamento de Arqueologia da UFPE, denominado como Núcleo de Visitação da Universidade Federal de Pernambuco (NUVIS-UFPE), espaço no qual pretende-se implementar uma forma inovadora de extroversão do acervo arqueológico.

#### O NÚCLEO DE VISITAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (NUVIS-UFPE)

O prédio do NUVIS-UFPE, pertencente ao Departamento de Arqueologia, encontra-se localizado na parte interna e central do Campus Recife da UFPE, estando rodeado por três avenidas: Avenida dos Reitores, Avenida da Arquitetura e a Avenida Jornalista Aníbal Fernandez. Outros prédios próximos são: o Centro de Convenções da UFPE, o Núcleo de Metrologia Arqueológica e do Patrimônio – também associado ao Departamento de Arqueologia da UFPE –; o Centro de Informática da UFPE; e o já citado Laboratório Integrado de Tecnologia em Petróleo, Gás e Biocombustíveis (LITPEG), também da UFPE (Figura 6).

Devemos destacar também que o NUVIS-UFPE está localizado na região da Várzea do rio Capibaribe, na área do antigo Engenho do Meio, integrante do grupo de engenhos estabelecidos em Pernambuco no século XVII (MELLO, 2004).

O Engenho do Meio começou a ser erguido antes de 1630 e apresentava-se como um dos grandes produtores dentro da cadeia da produção açucareira da Capitania de Pernambuco. Possuía uma estrutura como a maioria dos engenhos de então, com edificações como a casa das moendas, casa das caldeiras, casa de purgar; além da Casa Grande; senzala; e outras edificações de apoio. Atravessou os séculos mostrando a sequência evolutiva dos engenhos, com moendas movidas à tração humana e animal, até

o século XIX, quando passou a ser movido totalmente a vapor. O Engenho foi desativado em 1935 quando já havia se transformado em Usina, a Usina do Meio (PIO, 1969).

**Figura 6** – Localização do espaço NUVIS-UFPE, e prédios circundantes. Elaborado pelos autores (2020).



Na década de 1940 a área foi loteada e parte dela foi adquirida pela recém-criada Universidade Federal de Pernambuco, que iniciou a construção do seu primeiro campus no ano de 1947. Na fundação da UFPE no terreno do antigo engenho, ainda havia a Casa Grande que, em circunstâncias não muito claras até hoje, foi demolida, sendo erguida no local uma estátua em bronze de João Fernandes Vieira – que foi proprietário do Engenho do Meio e um dos principais líderes nas lutas pela expulsão dos holandeses em Pernambuco. Ainda estão presentes algumas ruínas das casas de produção e vestígios do antigo Caminho da Várzea, que ligava os engenhos daquela área. O crescimento da cidade do Recife absorveu em seus diversos bairros o complexo de engenhos da Várzea do Capibaribe, que era interligado através desse caminho, cujo único resquício existente ainda hoje encontra-se dentro do Campus Recife da UFPE (MELLO, 1967; PIO, 1969; NASCIMENTO; LUNA, 1996).

Outra importante herança que existe até hoje é o Arruado: um grupo de casas onde habitam os descendentes dos antigos trabalhadores do Engenho e Usina do Meio. Com um partido arquitetônico semelhante às antigas senzalas, o Arruado localiza-se, muito provavelmente, sobre os alicerces da antiga senzala do Engenho.

Durante esses 73 anos de instalação da UFPE, no bairro hoje denominado como Engenho do Meio, o espaço do Campus Recife tem sido crescentemente ocupado. Um dos últimos edifícios a ser construído próximo à área definida como sítio arqueológico<sup>2</sup> foi o edifício do LITPEG. Uma das exigências dos órgãos de controle ligados ao

<sup>2</sup> O local do antigo engenho está cadastrado no IPHAN – PE como Sítio Arqueológico Engenho do Meio, desde final da década de 1990.

laboratório foi, dentre outras, a construção de uma estação de tratamento dos esgotos oriundos dessa edificação<sup>3</sup>.

Nesse processo de instalação dos emissários da rede de esgotos do LITPEG, foi realizado, pelo Departamento de Arqueologia, o acompanhamento arqueológico e a devida aproximação junto à comunidade de moradores do Arruado do Engenho do Meio e foi quando identificamos o total desconhecimento do percurso histórico do Engenho relacionado à vida de seus antepassados. Esse desconhecimento também é compartilhado pela comunidade universitária em geral, que, em sua grande maioria, não conhece esse importante remanescente da história do Estado de Pernambuco.

As primeiras ações de educação patrimonial realizadas com a comunidade do Arruado foram elaboradas sob as bases das abordagens teóricas atuais – como as da Arqueologia Pública, juntamente com uma Arqueologia Colaborativa/Participativa, que, conforme o pensamento de Gralha (*apud* SOUSA; SILVA, 2017), busca uma maior interação entre o público e a comunidade científica sobre o conhecimento arqueológico; a sensibilização com relação à preservação do patrimônio; assim como a reflexão sobre a produção científica com a colaboração coletiva.

Considerando isso, foi, então, desenvolvido um processo participativo, visando capacitar e habilitar as comunidades do Arruado e acadêmica para uma atuação efetiva na preservação do patrimônio cultural local. O objetivo foi o de gerar uma apropriação e ressignificação dos vestígios arqueológicos, principalmente pela comunidade do Arruado.

Como um dos resultados, a comunidade externou o desejo de conhecer melhor os trabalhos realizados, assim como os vestígios arqueológicos resgatados no final da década de 1990, os quais nunca foram “divididos” com eles, uma vez que naquela época trabalhava-se ainda nos antigos moldes de exclusão total das comunidades existentes no entorno dos trabalhos de pesquisa arqueológicos (RAMOS *et al.*, 2019).

Aqui demonstra-se notória, portanto, a ausência de um espaço mais próximo e aberto à comunidade, em que novas atividades e medidas socioeducativas poderiam ser postas em prática a fim de suprir essa lacuna deixada no passado. Como afirmado por Pereira (2017, p. 77-78), tais atividades/medidas visariam ampliar “as possibilidades de significação das coleções salvaguardadas e do sentimento de pertença do patrimônio na comunidade”. Esse espaço, na forma do NUVIS-UFPE, além de estar inserido geograficamente no entorno da comunidade do Arruado e no seio da comunidade acadêmica, ainda estaria localizado nas imediações do já anteriormente citado Sítio Arqueológico do Engenho do Meio – ampliando ainda mais as possibilidades de significação e do sentimento de pertença do patrimônio ali presente.

As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no sítio remontam ao ano de 1996. Nas campanhas foram realizadas escavações no entorno da estátua de João Fernandes Vieira, quando foram evidenciados os alicerces da antiga Casa Grande. Como apoio às pesquisas arqueológicas e como local das primeiras ações laboratoriais sobre os vestígios encontrados, foi construída uma edificação que foi ocupada pelo grupo de pesquisadores, professores arqueólogos e estudantes que faziam seus trabalhos de pesquisa ali na área do sítio arqueológico Engenho do Meio. Esse local foi utilizado como reserva técnica e laboratório durante muitos anos.

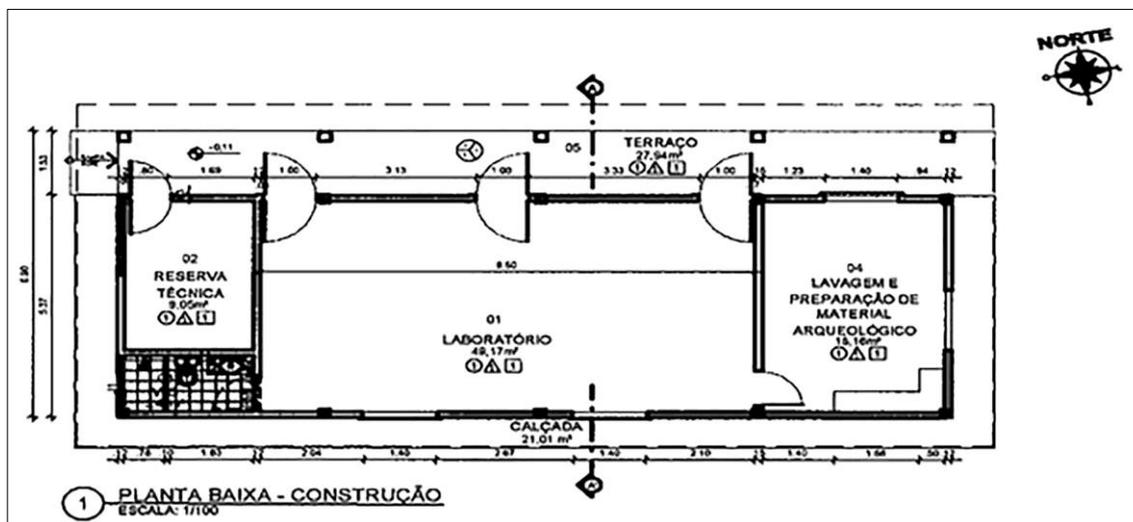
Nesse mesmo local será instalado o NUVIS-UFPE, o qual apresenta um espaço interno de aproximadamente 78 m<sup>2</sup>, divididos em três ambientes: a área (1) da reserva

---

<sup>3</sup> A construção do LITPEG-UFPE - Laboratório Integrado de Tecnologias em Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Universidade Federal de Pernambuco – gerou o projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Rede Coletora de Esgotos.

técnica, (2) do laboratório e (3) de exposição de material arqueológico (Figura 7) – que poderão sofrer uma possível reestruturação<sup>4</sup>.

**Figura 7** – Planta baixa de espaço destinado ao NUVIS-UFPE do Departamento de Arqueologia. Acervo dos autores (2020).



Ao observarmos as figuras 5 e 6, podemos fazer duas afirmações: Primeiro, que o NUVIS-UFPE se encontra numa localização estratégica, em meio aos vestígios do antigo Engenho do Meio, tendo, em seu entorno direto, elementos importantes que marcam a sua existência – como os alicerces da Casa Grande; o único trecho do antigo caminho da Várzea ainda existente; e as casas que formam o Arruado do Engenho do Meio, localizadas sobre as antigas estruturas da senzala. Trata-se, portanto, de um espaço que, bem estruturado, pode servir de atrativo, tornando-se um local de encontro para a comunidade universitária, assim como para outras comunidades próximas à Universidade. E, segundo, que o espaço ou área destinada ao NUVIS-UFPE é suficiente para comportar o acervo já presente na RETEC-ARQ/UFPE do LACOR-UFPE.

Além disso, uma outra parcela do referido espaço será utilizada para o estabelecimento de uma forma inovadora de fazer a extroversão dos acervos e suas respectivas informações arqueológicas: a instalação de um laboratório, também visitável, para análise e conservação do material arqueológico acondicionado no prédio – incorporando as importantes contribuições demonstradas pelas experiências laboratoriais relatadas no terceiro tópico deste trabalho –, para além dos espaços que já serão destinados para a salvaguarda e exposição deste acervo.

<sup>4</sup> O NUVIS-UFPE localiza-se, mais precisamente, na área do Sítio Arqueológico Engenho do Meio, cadastrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico do IPHAN, sob o número CNSA PE00082. O sítio vem sendo estudado pelos professores do Departamento de Arqueologia na forma de sítio escola, em que os alunos do Curso de Bacharelado em Arqueologia da UFPE aprimoram seus conhecimentos através da participação na pesquisa de campo ali desenvolvida. A área em que está localizado os alicerces da Casa Grande do Engenho encontra-se a poucos metros da entrada principal do NUVIS-UFPE. Na mesma área estão outras estruturas do Engenho, tornando-a potencial para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas e ampliando o espaço efetivo do NUVIS-UFPE, que poderá também utilizar o espaço do sítio arqueológico na realização de suas atividades. Há ainda a possibilidade de construção de novos pavimentos no próprio prédio do NUVIS-UFPE, dobrando ou até mesmo triplicando a área construída.

## DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, acreditamos na proposta de extroversão do acervo da reserva técnica do LACOR-UFPE através da configuração de um espaço que comporte não somente uma reserva técnica visitável – aos moldes da definição trazida por Gomes e Vieira (2013) –, mas também outras instalações, na forma do NUVIS-UFPE. Este seria constituído especificamente por: (1) uma concepção expográfica com mediação, (2) acompanhamento público de procedimentos laboratoriais e (3) acondicionamento do acervo com acesso restrito. A implementação do NUVIS-UFPE é entendida aqui como uma sugestão viável e com espaço físico condizente com sua necessidade, garantido o acesso público à informação e à conservação do acervo arqueológico sob sua guarda.

Com a implementação do NUVIS-UFPE, pretende-se – de forma semelhante ao trabalho realizado no MAE e no Museu da Memória e do Patrimônio da UNIFAL – realizar a extroversão de acervos de uma reserva técnica arqueológica, tirá-la do âmbito tradicional e proporcionar uma perspectiva de implementação de uma reserva técnica visitável. Com isso, nosso objetivo é desmistificar o conceito arraigado do “inacessível”, do “conhecimento para poucos”, procurando aproximar o público, comunidade universitária e bairros circundantes, fazendo com que eles, além de conhecer o acervo que habitam em seus imaginários, também conheçam um pouco mais do seu passado. O NUVIS-UFPE se configuraria, logo, como um implemento que garantiria uma dinâmica contínua de produção de conhecimento e extroversão a longo prazo, como bem defendem Caldarelli e Cândido (2017).

Sabendo que a preservação dos acervos arqueológicos envolve uma série de procedimentos – e que estes devem ser iniciados desde a idealização do trabalho de campo até os métodos de conservação – lembramos o valor de um espaço adequado para salvaguarda do acervo, levando em conta que a edificação é a barreira inicial para a proteção do acervo que abriga.

É importante lembrar que a reserva do LACOR-UFPE está localizada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE, que possui mais de 50 anos de história e, assim como a maioria dos museus e reservas técnicas brasileiras, sua estrutura não foi elaborada para receber tal material, o que significa dizer que somente são permitidas adequações pontuais na estrutura do espaço para que os impactos sejam os menores possíveis.

Outro fator não menos relevante é que apesar de atendermos todas as recomendações para conservação e salvaguarda do acervo já é realidade a necessidade de uma área maior para abrigá-lo. De tal modo, com a presente proposta do NUVIS-UFPE, teremos a oportunidade de oferecer ao acervo uma edificação exclusiva para atividade; e, em sua concepção, serão elaboradas as caracterizações do espaço, considerando sua área e atividades a serem desenvolvidas, tais como: espaços públicos e espaços de acesso restrito; áreas de exposição; áreas de reserva; laboratório; zonas de circulação; etc. (IMC, 2007) – sendo estes alguns fatores que corroboram com a criação do referido espaço para receber o acervo do LACOR-UFPE.

A aproximação com a comunidade de moradores do Arruado do Engenho do Meio, com a comunidade universitária e as do entorno do campus permitirá que nos coloquemos a frente das discussões de temas atuais que se mostram sensíveis e controversos, mas tão necessários, e que giram não apenas em torno de uma apropriação colonialista sobre o que é dos outros, por meio de uma definição equivocada do que seja o seu patrimônio, mas também, da abertura e visibilidade da parcela que existe desse patrimônio em nossas prateleiras.

Assim como defende Bruno (1999), acreditamos que a implantação do NUVIS-UFPE possibilitará diminuir o distanciamento atualmente existente entre os acervos

arqueológicos em salvaguarda pelo Departamento de Arqueologia e as comunidades do entorno (principalmente a do Arruado e a acadêmica). Um paralelo dos possíveis resultados esperados destas experiências de visitação, principalmente de reservas técnicas associadas a coleções arqueológicas, e também de experiências laboratoriais, pode ser realizado a partir de observações resultantes de estudos de caso recentemente realizados em instituições museológicas de diferentes partes do mundo.

Nas visitas guiadas às reservas técnicas do Museu de Ciências de Londres, no Reino Unido, por exemplo, os visitantes expressaram surpresa quanto à vastidão e diversidade da coleção em reserva, ao número de objetos acondicionados e à escala do espaço de reserva. Em sua maioria, os visitantes ficaram satisfeitos em ver a extensa variedade de peças em salvaguarda e como eles preferiam obter as informações acerca de uma determinada peça enquanto visualizavam demonstrações (CAESAR, 2007).

Além disso, um estudo de caso realizado em museus da Austrália, que também possibilitavam esse tipo de visitação, expôs a conclusão de que o público visitante desconhecia até mesmo a existência de coleções acondicionadas em reservas técnicas, longe de exibição; enquanto que em Londres os visitantes estavam cientes de que os museus possuíam coleções não exibidas – ainda que não fizessem ideia do quão vasta elas eram (GARDNER, 2007). É inegável, então, que a maioria dos visitantes de acervos museológicos e arqueológicos não conhecem muito sobre as atividades realizadas nos bastidores dessas instituições de salvaguarda, porém demonstram-se interessados em conhecer muito mais além das informações específicas sobre as peças mantidas nas coleções (CAESAR, 2007; OLIVEIRA; GRUZMAN, 2019).

No caso das experiências laboratoriais, em especial naquele exemplo no *Deutsches Museum* de Munique, a maioria dos visitantes relatou ter gostado muito das discussões que tiveram com os cientistas e comentou positivamente sobre a abrangência das explicações fornecidas. Eles também mencionaram que se tratou de uma experiência de aprendizagem positiva e que agora eles seriam capazes de explicar no que consistem as pesquisas científicas e como elas são geralmente realizadas (MEYER, 2011).

Tais constatações são recebidas aqui como incentivos impulsionadores para a implementação do projeto de extroversão proposto neste trabalho. Tratam-se de anseios que invariavelmente buscam ser saciados em todo e qualquer trabalho de âmbito arqueológico, ainda que aqui assumam um caráter também museológico.

No geral, é possível observar que os benefícios proporcionados pelas experiências de extroversão relatadas acima seriam diversos e poderiam ser resumidos, dentre outras, nas ideias apresentadas a seguir (CAESAR, 2007; OLIVEIRA; GRUZMAN, 2019).

- a) Fornecer aos funcionários e visitantes um conhecimento mais compreensivo sobre a coleção museológica acondicionada na instituição de salvaguarda;
- b) Demonstrar a diversidade das coleções em reservas técnicas e como as instituições de salvaguarda cuidam delas;
- c) Divulgar o valor da coleção museológica como um bem público;
- d) Possibilitar novas maneiras de utilização de coleções museológicas como um recurso de ensino e aprendizagem;
- e) Incentivar uma melhor gestão das coleções acondicionadas;
- f) Gerar novas oportunidades de comunicação com visitantes de coleções museológicas;
- g) Apresentar objetos geralmente sub-representados em exposições permanentes; e
- h) Criar novos espaços físicos para visitação, reduzindo assim possível superlotação na instituição e abrindo mais espaço para novas exposições.

Dessa forma, esses também seriam os benefícios buscados e esperados quando da criação e da implementação do espaço do NUVIS-UFPE.

Como bem afirmam Cunha (2010) e Pereira (2017), o contato do público em geral com as coleções arqueológicas em seus locais de salvaguarda não só possibilita um maior acesso ao patrimônio arqueológico salvaguardado e/ou exposto como também é uma ferramenta extraordinária para a divulgação e a compreensão dos processos de preservação desse patrimônio e das etapas da pesquisa arqueológica – uma afirmação que se materializa na forma do NUVIS-UFPE, que será um espaço de salvaguarda, expografia e pesquisa científica.

Temos aqui, portanto, uma oportunidade única de disseminar as novas concepções que absorvemos, nos levando a enxergar os direitos das comunidades à musealização de seus patrimônios, de permitir seu acesso a vestígios de marcas que o homem deixou no ambiente em que viveu – e que ainda vivem grupos humanos contemporâneos –, e ao conhecimento adquirido a partir de seu estudo.

Continuamos a contribuir com nossas pesquisas e expertises, conhecendo e conservando o acervo arqueológico sob nossa responsabilidade, dentro de nossos laboratórios especializados, mas abrindo também um espaço para o protagonismo das comunidades na sua preservação e na abertura das várias possibilidades das relações do acervo com os diversos públicos que nos visitam.

Nos aproximando dos descendentes dos moradores do antigo Engenho do Meio, a implementação deste projeto possibilitaria, desse modo, fazer muito mais do que somente divulgar o que encontramos nas nossas escavações arqueológicas. Nesse sentido, concordamos com Camila Wichers quando diz que mais do que divulgar o que é encontrado, é importante também, do ponto de vista das comunidades locais, identificar a função social dos materiais e como isso vai ser utilizado de modo coletivo (WICHERS, 2012).

A abertura de nossa reserva técnica aos moradores do Arruado, à comunidade universitária – professores, estudantes, técnicos e visitantes – e a vizinhos de maneira geral nos leva a praticar a divulgação e extroversão do conhecimento para demonstrar sua importância para as vidas dos sujeitos envolvidos, tanto em termos políticos quanto sociais.

#### AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), na forma de bolsa de Doutorado Pleno no País para Ana Paula Barradas Maranhão. Agradecemos também aos dois avaliadores anônimos e à Fernanda Codevilla Soares pelas valiosas contribuições a este trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTIN, Fauzia; BETTUZZI, Matteo; BRANCACCIO, Rosa; MORIGI, Maria Pia; CASALI, Franco. X-Ray Computed Tomography In Situ: An Opportunity for Museums and Restoration Laboratories. *Heritage*, v. 2, n. 3, p. 2028-2038, 2019.
- BORDINHÃO, Kátia; VALENTE, Lúcia; SIMÃO, Maristela dos Santos. *Caminhos da memória: para fazer uma exposição*. Brasília: IBRAM, 2017.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.17, n. 17, 1999.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, p. 4-5, 2013.
- CAESAR, Lucinda. Store Tours: Accessing Museums' Stored Collections. *Papers from the Institute of Archaeology*, v. 18, n. S1, 2007.
- CALDARELLI, Solange Bezerra; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos?. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2 [19], p. 186-214, 2017.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Orientações para gestão e planeamento de museus*. Florianópolis: FCC Edições, 2014.
- CHALMERS, Neil. Public understanding of research in a natural history museum: The Darwin centre. *Creating connections. Museums and the public understanding of current research*, p. 276-88, 2004.
- CUNHA, Marcelo. A Exposição Museológica Como Estratégia Comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. *Revista Magistro*, v. 1, n. 1, p. 109-120, 2010.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.
- GARDNER, Laura. The Uses of Stored Collections in some London Museums. *Papers from the Institute of Archaeology*, v. 18, n. S1, p. 36-78, 2007.
- GOMES, Maria Fernando; VIEIRA, Eduarda. As Reservas Visitáveis do Musée des Arts et Métiers em Paris. *Estudos de Conservação e Restauro*, n. 5, 2013.
- HIX, Paul. *Professional Guidelines for establishing an Open Nano Lab/a Nano Researcher Live area*. Deutsches Museum, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Subsídios para a elaboração de planos museológicos*. Brasília, 2016.
- INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO. *Plano de conservação preventiva: bases orientadoras, normas e procedimentos*. Temas de Museologia. Portugal: IMC, 2007.
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). *Definição: museu*. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- LAHANIER, Ch.; PREUSSER, F. D.; VAN ZELST, L. Study and conservation of museum objects: use of classical analytical techniques. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research Section B: Beam Interactions with Materials and Atoms*, v. 14, n. 1, p. 1-9, 1986.
- MELLO, José Antônio G. de. *Restauradores de Pernambuco: Biografias de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira – João Fernandes Vieira*. Volume 1, Recife. Imprensa Universitária, 1967.
- MELLO, José Antônio G. de. *A economia açucareira: Fontes para a história do Brasil holandês*. 2a edição. CEPE, 2004.

- MENU, Michel. Natural sciences inside museums. The development of the Research Laboratory for the French Museums from its origin and into the future. *TAREA*, n. 3, 2016.
- MEYER, Morgan. Researchers on display: moving the laboratory into the museum. *Museum management and curatorship*, v. 26, n. 3, p. 261-272, 2011.
- MILHEIRA, Rafael Guedes *et al.* Manual de gestão da reserva técnica sob a salvaguarda do LEPAARQ-UFPEL. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2 [19], p. 25-42, 2017.
- MUSEU DA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. *Reserva técnica visitável*. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/museump/acervo/reserva-tecnica-visitavel/>. Acesso em: 09 set. 2020.
- MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE). *Reserva técnica visitável – Arqueologia Amazônica*. Disponível em: <http://mae.usp.br/reserva-tecnica-visitavel-arqueologia-amazonica/>. Acesso em: 09 set. 2020.
- NASCIMENTO, A; LUNA, S. *Projeto Integrado Engenho do Meio*: Relatório de escavação da Casa Grande do Engenho do Meio. Núcleo de Estudos Arqueológicos - NEA, UFPE, 1996.
- OLIVEIRA, Mayara Manhães de; GRUZMAN, Carla. Refletindo sobre experiências de visitação às reservas técnicas de museus enquanto práticas educativas e comunicativas voltadas a públicos não especializados. *ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019.
- PEREIRA, Daiane. *Reserva Técnica Viva: Extroversão do Patrimônio Arqueológico no Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert*. 160p. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2015.
- PEREIRA, Daiane. Extroversão do patrimônio arqueológico salvaguardado: reserva técnica do laboratório de arqueologia Peter Hilbert. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2 [19], p. 66-82, 2017.
- PERKEL, Jeffrey M. Museum Laboratories: Where Art Meets Science. *Future Science*, v. 48, n. 2, p. 95-99, 2010.
- PIO, Fernando. Cinco documentos para a história dos engenhos de Pernambuco. *Separata da Revista do Museu do Açúcar*, n.2, pp 25 - 31, 1969.
- RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres; CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *A Comunidade do Arruado do Antigo Engenho do Meio, Universidade e Ações educativas*. Anais do XX Congresso SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos, Pelotas RS, 2019
- SALADINO, Alejandra; COSTA, Carlos Alberto Santos; MENDONÇA, Elizabete de Castro. A César o que é de César: o patrimônio arqueológico nas organizações formais do Brasil. *Revista de Arqueologia Pública: Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública de Unicamp*, v. 7, n. 2, p. 106-118, 2013.
- SOUSA, Laize Carvalho; SILVA, Abrahão S. N. Fernandes da. Arqueologia Pública: um olhar sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos no Estado do Piauí. *Rev. Arqueologia Pública Campinas*, SP v.11 n.1 p.67 julho/2017.
- VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett de; ALCÂNTARA, Tainã Moura. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2 [19], p. 153-165, 2017.
- WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese de doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Catálogo de teses da USP, São Paulo, 2012.